

A. I. N° - 019290.0005/09-0
AUTUADO - BUTURI TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.
AUTUANTES - PAULO CESAR DE CARVALHO GOMES
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 19.03.2010

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0047-02/10

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL. Infração elidida mediante a comprovação de que a apropriação dos créditos fiscais decorreu da falta de discriminação no RAICMS, bem como, que os saldos da conta corrente fiscal estão corretos, e foram objeto de retificação das DMA's. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 31/03/2009, sob acusação de utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, no total de R\$69.584,52, referente a lançamentos nos livros fiscais em valores superiores aos destacados nos documentos fiscais, no período de janeiro a dezembro de 2005, conforme demonstrativo e documentos às fls.07 a 59.

O autuado, em sua defesa às fls. 66 a 68, alega que o valor apurado pela fiscalização já tinha sido estornado no referido período de 01/2005 a 12/2005 através de DMA retificadoras conforme documentos que anexou ao processo (fls. 87 a 193).

Elaborou no corpo da peça defensiva o quadro seguinte para demonstrar os valores levantados pelo fisco e os valores estornados por meio de DMAs retificadoras.

Mês/ano	Valor apurado pelo fisco	Valor estornado em DMA	Diferença
Janeiro/2005	4.313,32	4.295,26	R\$ 18,06 : o valor correto da NF 3406 de 31/01 é R\$5.418,02 e não 5.148,02 como está no demonstrativo de janeiro/2005
Fevereiro/2005	6.192,45	6.192,31	R\$ 0,14
Março/2005	7.684,14	7.730,62	R\$ 46,48 estorno serviços operações na UF
Abril/2005	5.373,53	5.409,96	R\$ 36,43 estorno serviços operações na UF
Maiio/2005	6.166,13	6.439,62	R\$ 273,49 estorno serviços operação na UF
Junho/2005	6.336,21	6.441,15	R\$ 104,94 estorno serviços operações UF-
Julho/2005	6.533,95	6.584,15	R\$ 50,20 estorno serviços operações UF
Agosto/2005	5.724,33	5.724,31	R\$ 0,02
Setembro/2005	3.733,57	4.784,54	R\$ 1.050,57 referente NF 12814 no valor de R\$ 22.222,81 origem Rio de Janeiro
Outurbro/2005	6.154,10	5.632,81	R\$ 593,05 referente a NF 8897 de 25/10/2005 – emitente Estado da Bahia
Novembro/2005	5.432,62	5.196,29	R\$ 221,41 referente NF 1920 de 25/11/2009 emitente estado da Minas Gerais e R\$ 14,92 estorno operações UF
Dezembro/2005	5.874,17	6.363,45	R\$ 489,28 estorno ope

Explica que as diferenças apuradas no levantamento fiscal são as seguintes:

No mês de janeiro/2005 a diferença encontrada de R\$ 18,06 refere-se a NF 3406 no valor de R\$5.418,02 e no relatório do fisco foi lançada como R\$5.148,02 a diferença não existe.

No mês setembro/2005 a diferença de R\$1.050,57 corresponde a nota fiscal 012814 emissão Rio de Janeiro valor estornado na DMA de 09/2005.

No mês de outubro/2005 a diferença de R\$592,90 não existe, pois, o emitente da NF é o estado da Bahia.

No mês de novembro/2005 a diferença de R\$ 221,41 corresponde ao valor lançado a maior no relatório do fisco que não considerou o crédito de 7%.

Nos demais meses a diferença a maior estornada pela empresa refere-se às operações na UF.

Ao final, solicitou o cancelamento do Auto de Infração, sob o fundamento de que estornou espontaneamente os valores dos créditos lançados indevidamente no período de 01/2005 a 12/2005.

Na informação fiscal à fl.197, o autuante destacou que o imposto reclamado decorre do fato da empresa não discriminar no livro RAICMS, os devidos estornos, nem tampouco fazê-lo na DMA, o que só veio acontecer em 17/06/2009, após a lavratura do Auto de Infração.

Contudo, diz que como os valores estornados estão agora discriminados e foram lançados na DMA, e diante disso o saldo do conta-corrente está correto, concorda com os argumentos da defesa, por deixar de existir motivo para dar continuidade a exigência do ICMS reclamado.

VOTO

Na análise das peças processuais, mais precisamente os demonstrativos às fls.07 a 21, verifico que os créditos fiscais considerados indevidos estão demonstrados, mês a mês, com a indicação de quais notas fiscais ocorreram diferenças apropriadas a maior.

Na defesa o autuado comprovou que houve a retificação das DMA's antes da ação fiscal, não sendo correta a informação do autuante em sentido contrário, pois a data de 17/06/2009 constante em todas as DMA's refere-se ao dia em que foi emitida a declaração pelo sistema da SEFAZ. Na verdade as datas que devem ser consideradas são as datas da retificação, que ocorreram efetivamente antes de iniciado o procedimento fiscal, quais sejam: 09/10/2006; 08/04/2006; e 11/04/2006, respectivamente.

Considerando que o autuante declarou ter conferido a documentação juntada à defesa, e ter constatado que a mesma comprova que a exigência fiscal decorre do fato de não ter sido discriminado no livro RAICMS, os devidos estornos, nem ter informado nas DMA's mensais, e que os saldos da conta corrente fiscal estão corretos, comungo com a conclusão do autuante de que restou elidida a acusação fiscal.

Ante o exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **019290.0005/09-0**, lavrado contra **BUTURI TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA**.

Esta Junta recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea "a", item 1, do RPAF/BA, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/2000, com efeitos a partir de 10/10/2000.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de março de 2010.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

ÂNGELO MARIO DE A

FRANCISCO ATANA